

# Os comunistas e os trabalhadores rurais no processo de radicalização da luta pela terra no pré-1964

Communists and rural workers in the radicalization process of land struggle in pre-1964

Leandro Cabral de Almeida\*

## Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar o processo de radicalização da luta pela terra no Brasil do pré-1964, destacando, especialmente, as concepções e práticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), considerando a Revolução Cubana como um marco para as lutas políticas das esquerdas na América Latina. Para isso, estudamos documentos do partido, declarações, pronunciamentos públicos, entrevistas com militantes, intervenções em jornais que nos auxiliem na compreensão da questão agrária, da luta por reforma agrária e do processo de organização dos trabalhadores rurais no período que antecede o golpe civil-militar que interrompe esse processo de democratização da vida política.

Palavras-chave: PCB; Reforma agrária; Trabalhadores rurais

## Abstract

This article aims to analyze the radicalization process of land struggle in Brazil's pre-1964, highlighting, especially the PCB (Brazilian Communist Party) conceptions and practices, considering the Cuban Revolution as a mark for the left political struggles in Latin America. To this end, we have studied Party documents, statements, public pronouncements, militants' interviews, newspapers interventions that help us to understand the agrarian issue, the agrarian reform struggle, and the rural workers organizing process before the civil-military coup that interrupts this democratizing process in political life.

Keywords: PCB; Agrarian reform; Rural workers.

\* Professor de História da Seeduc-RJ. Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA-UFRRJ. Mestre em Ciência Política pelo PPGCP-UFF. Mestre em em Ciências Sociais pelo CPDA-UFRRJ. Pesquisa os movimentos sociais no campo, em especial a atuação do Partido Comunista Brasileiro e da Igreja Católica na mobilização e organização dos trabalhadores nas lutas por direitos no pré-1964. Estuda o pensamento político de Antônio Gramsci no período pré-carcerário, em especial seus escritos sobre intelectuais, partido e práxis política.

A vitória da Revolução Cubana impulsionou controversos debates em vários setores da esquerda latino-americana, incidindo, no Brasil, especialmente sobre os comunistas, pois colocava em questão concepções conservadas e disseminadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) acerca das características do processo revolucionário. Num momento atravessado pelos conflitos que emergiram do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), dos quais, um dos reflexos no Brasil é a busca dos comunistas por uma “nova política”<sup>1</sup>, que se expressava na adesão à tese do caminho pacífico e na reafirmação da revolução como anti-imperialista e antifeudal – nesse momento, também nacional e democrática – a revolução em Cuba traria a tona os temas da atualidade do socialismo no continente, confrontando a tese de transição pacífica para o socialismo e questionando o papel da vanguarda revolucionária, visto que se realizou através da luta armada e sem um partido comunista que a dirigisse (SALES, 2018, p. 65-67; 2005; p. 62-70).

### **A Revolução Cubana e as lutas políticas na América Latina: a experiência das Ligas Camponesas e a radicalização da luta pela reforma agrária**

Entre os revolucionários cubanos gravitava a ideia de que o desenvolvimento da revolução deveria ser *ininterrupto*<sup>2</sup>, agregando medidas democráticas e nacionalistas até a destruição do sistema social em voga e de seus fundamentos econômicos, destoando do *etapismo* pregado pela ortodoxia comunista, com seus modelos evolucionistas e economicistas de interpretação da realidade e do caráter da revolução. Compreendida como nacional e democrática, a revolução nos países da América Latina deveria cumprir uma etapa de transformações que garantissem autonomia nacional ante o imperialismo, desenvolvimento democrático e modernização capitalista, como requisitos a etapa posterior, de revolução socialista (SOARES, 2008, p.36-37; SALES, 2011, p.05).

Na concepção de Michael Löwy, a revolução em Cuba subverteu a problemática tradicional da corrente marxista hegemônica na América Latina, pois

---

<sup>1</sup> Em 1956, no XX Congresso do PCUS, o Secretário-Geral do partido, Nikita Krushev, apresentou denúncias acerca dos crimes de Stálin e de seu governo, além de críticas ao culto à personalidade do líder. As denúncias de Krushev são consideradas um evento traumático para o movimento comunista internacional, gerando crises em diversos partidos comunistas e marcando um momento de abertura para processos de autocrítica, conflitos e reorientações políticas. No PCB, essas reorientações são expressas, sobretudo na *Declaração de Março de 1958*, documento considerado marco na reorientação do partido na defesa de uma atuação baseada na valorização das instituições democráticas, pelo sindicalismo e pelas eleições. Para compreender os reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB, ver: Santos, 1988; Segatto, 1981.

<sup>2</sup> O desenvolvimento da Revolução Cubana estimulou, em setores da esquerda, uma interpretação que considerava tal experiência como a concretização da tese da *revolução permanente*, proposta por Trotski, visto combinar tarefas democráticas, nacionais e anticapitalistas, além de rejeitar aliança de classe com a burguesia, como previa as formulações propaladas pelos partidos comunistas (LÖWY, 2012, p.49-50; SALES, 2005, p.50).

demonstrou que a luta armada podia ser uma maneira eficaz de destruir um poder ditatorial e pró-imperialista e abrir caminho para o socialismo. Por outro lado, demonstrou a possibilidade objetiva de uma revolução combinando tarefas democráticas e socialistas em um processo revolucionário ininterrupto (LÖWY, 2012, p. 44).

Em discursos proferidos entre abril e dezembro de 1961, Fidel Castro admitia o caráter socialista da revolução em Cuba. A “revolução democrática e socialista dos humildes”, como chamara na ocasião, não deveria levar em consideração um posicionamento intermediário entre capitalismo e socialismo. O cenário político apresentava apenas uma alternativa, “fazer uma revolução anti-imperialista, e fazer uma revolução socialista” – afirmava Castro.

Esse era o caminho que a revolução tinha que seguir: o caminho da luta anti-imperialista e o caminho do socialismo. Ou seja: a nacionalização de todas as grandes indústrias, dos grandes comércios. A nacionalização e a propriedade social dos meios fundamentais de produção e o desenvolvimento planejado da nossa economia a todo o ritmo que permitirem os nossos recursos [...] (CASTRO, 1961, p. 295).

A Revolução Cubana constituiu uma mudança radical na história do marxismo na América Latina, mas também na própria história do continente e de suas lutas políticas. Sua incidência afetava dimensões teóricas do movimento socialista, em suas concepções e debates, mas também impelia à reorientação de sua prática. Segundo Ayerbe (2004), “o exemplo da Revolução Cubana inspirará um processo de radicalização à esquerda, que será a resposta a outro processo de radicalização empreendido por setores conservadores”, de grupos nacionais, do governo dos Estados Unidos e grupos econômicos com interesses afins (AYERBE, 2004, p.112). Nos anos 1950 e 1960, regiões da Ásia, Oriente Médio, África e América Latina se converteram no foco dos enfrentamentos da Guerra Fria. Segundo Hobsbawm, esses países do Terceiro Mundo, marcados pelo subdesenvolvimento, pela desigualdade, miséria e fome, além da instabilidade social e política, formavam uma “zona mundial de revolução – recém-realizada, iminente ou possível”. Em sua análise, poucos Estados dessas regiões ficaram alheios à experiência de revoluções, golpes e ditaduras militares, ou conflitos armados internos na segunda metade do século XX (HOBSBAWM, 2005, p. 421).

A experiência revolucionária insular contribuía, portanto, para que lutas políticas radicais fossem irradiadas pela América Latina, provocando, entre as esquerdas<sup>3</sup>, um conjunto de influências, dentre as quais se destacava o emprego da luta armada, o *foquismo*<sup>4</sup>. Portanto,

---

<sup>3</sup> No início dos anos 1960 surgem grupos de esquerda, dissidentes do PCB, sobretudo, que adotam as concepções revolucionárias de luta radical armada e seguem, em boa parte, o caminho da guerrilha rural, inspirados no sucesso do Movimento 26 de Julho cubano. Essa experiência se mantém nos anos 1970 e também se desenvolve no espaço urbano (RIDENTI, 2007, p. 24-29).

<sup>4</sup> Em 1966, Régis Debray, um jovem filósofo francês, publicou *Révolution dans la révolution? Lutte armée et lutte politique en Amérique latine*, preconizando a concepção de que o foco guerrilheiro (foquismo) poderia substituir o partido político de vanguarda, naquela situação referia-se aos partidos comunistas. Destacava que o aspecto militar deveria ter prioridade em

admitia-se o pressuposto de que as condições objetivas para o desenvolvimento de uma revolução socialista já estavam presentes na realidade latino-americana e que faltariam apenas as condições subjetivas, que deveriam ser criadas pelos grupos guerrilheiros. Tal posicionamento admitia ainda um caráter crítico em relação ao burocratismo e a inação dos partidos comunistas latino-americanos (GORENDER, 2014, p.89-94; SALES, 2005, p. 50-53).

O governo cubano apoiou a luta armada na América Latina, até os anos 1970, oferecendo treinamento de guerrilha aos grupos de esquerda, além de apoio material e orientações. No Brasil, o apoio de Cuba à luta armada ocorrera mesmo antes do golpe civil-militar de 1964, através das Ligas Camponesas, com a implantação de campos de treinamento de guerrilheiros em fazendas de Goiás, Acre, Bahia e Pernambuco. A primeira experiência de guerrilha esboçada nos anos 1960 foi desmantelada após a descoberta e repressão sobre um campo de treinamento, em Divinópolis, Goiás, em 1962 (BASTOS, 1984, p. 101-103; ROLEMBERG, 2001, p. 17-18; RIDENTI, 2007, p.26). Após o golpe e a repressão que se abatera sobre as Ligas, o apoio de Cuba seria dirigido a um grupo liderado por Brizola, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), e após 1967, com a desmobilização desse grupo, se concentraria na figura de Marighella e de guerrilheiros da ALN, VPR e MR-8, sobretudo (ROLEMBERG, 2001, p.12-14).

Inicialmente, as Ligas Camponesas foram organizadas após 1945, pelo PCB, como associações civis que deveriam possibilitar o desenvolvimento do trabalho no campo com vistas à constituição da aliança operário-camponesa. Duramente reprimidas pela polícia e pelos latifundiários, especialmente após 1947, quando o PCB foi posto na ilegalidade, as Ligas foram fechadas e só foram retomadas na década de 1950 pela iniciativa de comunistas e ex-militantes que se empenharam na recriação dessa experiência, mas com outra denominação. Portanto, em 1955 foi organizada a Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), no engenho da Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão. Tratava-se de uma entidade inicialmente de caráter assistencial, composta por pequenos arrendatários, parceiros, minifundistas e moradores dos engenhos, que passaria a atuar no campo jurídico contra as ordens de despejo e pela abolição das formas “feudais” de exploração da mão de obra<sup>5</sup> (DABAT,

---

relação ao político. O referido livro teve considerável impacto sobre as organizações de esquerda que se radicalizaram entre as décadas de 1960 e 1970 e suas principais ideias foram adotadas por movimentos guerrilheiros que lutavam contra regimes ditatoriais na América Latina. Ernesto “Che” Guevara foi o líder e pensador revolucionário exponencial da corrente revolucionária autônoma que se constituiu naquele contexto, caracterizada pelo anti-imperialismo com a adoção da luta armada, pela defesa do caráter socialista da revolução e pelo internacionalismo. A experiência da guerra revolucionária na China exposta nos escritos de Mao Zedong seria também fonte de inspiração e contestação às orientações tradicionais da esquerda, especialmente ao propor a luta armada no campo, a importância do fator militar e do exército revolucionário, o cerco das cidades pelo campo, independência política em relação à burguesia e a noção de guerra prolongada (REIS FILHO, 1985, p.15).

<sup>5</sup> O movimento passou a contar com o apoio do advogado Francisco Julião, que se destacou como uma das principais lideranças das Ligas Camponesas. Segundo Dabat, “as Ligas Camponesas tomaram vulto muito mais expressivo sob a liderança de Francisco Julião, que lhes garantiu existência legal” (DABAT, 2003, p.112). A autora destaca que entre 1955 e 1961,

2003, p. 112-113). O trabalho das Ligas logo se converteria numa força organizativa dos trabalhadores, dando amplitude as denúncias de irregularidades vivenciadas nas relações de trabalho, além das violências sofridas, possibilitando que suas demandas tomassem o contorno de uma questão social e política. Contudo, a repressão recaiu sobre o movimento, buscando associá-lo às *Ligas Camponesas* criadas pelo PCB na década anterior, com o objetivo de desqualificar o movimento como subversivo. Dessa forma, o nome Ligas Camponesas passou a ser adotado pelo movimento, embora guardasse especificidades em relação a essa primeira experiência (ABREU E LIMA, 2003, p. 41-43).

Nos anos 1960, a Revolução Cubana imprimiria uma mudança no caráter político e ideológico do movimento impulsionando um conflito com o PCB, sobretudo no que se referia à interpretação da realidade brasileira e da forma que a revolução deveria tomar. A influência cubana sobre as Ligas Camponesas derivava da experiência de uma luta revolucionária deflagrada do campo para a cidade, sem a direção de um Partido Comunista, superando as concepções etapistas e, ainda, instaurando o socialismo com medidas radicais, entre elas, a reforma agrária e o coletivismo (AZEVEDO, 1982, p. 89).

Embora a radicalização das lideranças das Ligas e a guinada político-ideológica do movimento não resultem estritamente do advento da Revolução Cubana<sup>6</sup>, o diálogo entre o governo revolucionário e as Ligas é um componente ilustrativo de tal identificação, que marca os conflitos travados com o PCB acerca de suas concepções e táticas para o desenvolvimento da revolução brasileira (BASTOS, 1984, p.81-85; FERREIRA, 2009, p.175-177). Admitindo um caráter de difícil conciliação, tanto no V Congresso do PCB (1960), mas principalmente, no I Congresso Camponês de Belo Horizonte (1961), as contradições levaram ao rompimento definitivo entre o partido e as Ligas Camponesas, ressaltando divergências, sobretudo no que tangia a luta pela reforma agrária.

Ainda que proferisse discursos radicais, Julião admitiu posições ambíguas em relação à luta armada, chegando a se opor ao grupo liderado por Clodomir de Moraes, Tarzan de Castro e Carlos Montarroyo, incisivamente partidários da guerrilha. Defendendo um discurso radical, mas atuando através de instrumentos jurídicos legais e participando do processo político-eleitoral, as ambiguidades de Julião integram as contradições que alimentam os conflitos não

---

existiam 10 mil trabalhadores associados em 40 sedes municipais em Pernambuco. Às vésperas do golpe eram cerca de 80 mil por todo o Nordeste. A expressividade do movimento teria estimulado a imprensa dominante, conservadora, a associar as Ligas ao comunismo buscando desqualificá-los.

<sup>6</sup> Rolemberg (2001) e Ridenti (2010) enfatizam que o recurso à luta armada no Brasil é uma ação empregada em lutas políticas anteriores ao golpe de 1964. No levante comunista de 1935, os comunistas brasileiros inspiravam-se na tradição bolchevique. Nos anos 1950, a luta armada integrava a política do PCB e se manifestava nas lutas camponesas de Porecatu, Trombas e Formoso. E nos anos 1960, a revolução cubana seria uma fonte de estímulo à adoção da luta armada. Portanto, a compreensão da luta armada como resistência ao golpe de 1964 não deve obscurecer as experiências anteriores de atores políticos que pegaram em armas, nem ignorar que os grupos de esquerda eram motivados também por um projeto político de transformação revolucionária.

apenas com o PCB, mas também no interior das Ligas, acirrando disputas internas, enfraquecendo o seu controle sobre a organização e contribuindo para o seu isolamento (ABREU E LIMA, *Idem*, p. 47; MONTENEGRO, 2004, p. 405-406; BASTOS, 1984, p. 103-104; PORFÍRIO, 2013, p.64).

### **O PCB, a ULTAB e a organização dos trabalhadores rurais: luta por terra e direitos**

No decorrer dos anos 1960, a perspectiva de que o Brasil vivia um processo no qual avançavam as forças nacionais, democráticas e populares, ganhava contornos mais expressivos até mesmo entre setores da pequena e média burguesia industrial, e entre frações dos proprietários rurais, compondo o que Dreifuss (1981) chama de “bloco modernizante-reformista”. A emergência política das massas, com sinais de mobilização e organização de trabalhadores das cidades e do campo, tornava as reivindicações por melhorias das condições de vida e trabalho, por democratização da estrutura sindical, reforma agrária, entre outras, presentes no debate político nacional, onde parecia vigorar alguma ressonância para as propostas de transformações da estrutura econômica, social e política do país, como propunham as *reformas de base*, do governo João Goulart (1961-1964) (DREIFUSS, 1981, p. 130-131).

O PCB, com uma posição de relevo entre as forças nacional-populares, após a crise e as discussões de 1956 e 1957, procura retomar seu espaço entre os trabalhadores investindo na ação mobilizatória e organizativa. O que se deve a “nova política” formulada na *Declaração de Março de 1958* e no V Congresso do Partido, que rechaçava posições sectárias, em prol da valorização das ações democráticas e legais, para as quais a aproximação com as massas trabalhadoras representava estratégia fundamental. Embora a legislação social ganhasse impulso entre os anos 1930 e 1940, os trabalhadores rurais foram contemplados com leis esparsas e sem efetividade. Apenas em meados dos anos 1940 o sindicalismo rural é alvo de instrumentos jurídicos que o regulamenta, tornando lícita a associação de empregados e empregadores que exerciam atividades rurais através do Decreto-Lei nº 7.038, de 10/11/1944, e da Portaria Ministerial nº 14, de 19/03/1945. No entanto, os sindicatos rurais, as associações profissionais e associações civis foram objetos de uma formalização, pois a legislação os vinculavam a estrutura sindical oficial, devendo ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, colaborar com o Estado e com os interesses nacionais, criando empecilhos burocráticos que dificultaram a ampliação do número de sindicatos – quadro alterado apenas nos anos 1960, com a criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), em 1962, e a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963 (COSTA, 1996, p.11-12; COLLETI, 1998, p. 36-37).

Nos dias 7 e 8 de março de 1959, o Conselho de Representantes da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil)<sup>7</sup> reuniu-se para discutir a organização da conferência nacional da entidade dos trabalhadores rurais. Decidiram que o evento deveria ser realizado entre os dias 18 e 20 de setembro daquele ano, na cidade de São Paulo. Nessa reunião prévia<sup>8</sup>, o tema da reforma agrária ganha centralidade. Posicionavam-se com relativo otimismo quanto às possibilidades de aprovação de medidas de reforma agrária no Congresso Nacional e nos legislativos municipais e estaduais (DUARTE, 1959). Ficava estabelecido que

a) é indispensável que se crie, em todo o país, um movimento de opinião pública em favor de medidas imediatas de reforma agrária; b) todas as organizações filiadas a ULTAB, nos estados e municípios, devem participar ao lado das entidades políticas e sociais, das personalidades e representantes populares de todas as iniciativas que visem discutir as questões referentes às medidas de reforma agrária [...] (Jornal Terra Livre, n.86, 1959, p.01).

Outra questão fundamental referia-se à organização dos trabalhadores do campo. E nesse aspecto é importante destacar que setores da esquerda também incidiam numa forma preconceituosa e equivocada de interpretar o mundo rural. Definindo-o pela ótica da escassez, da falta, do atraso, em contraposição ao espaço urbano identificado pelo progresso, pela indústria, pela modernidade. Assim, o campo era considerado como o lugar do vazio demográfico, cuja vida era centralizada pela agricultura, com menor acesso a tecnologia e menor mobilidade social (CARNEIRO, 2008, p.10-11; MARTINS, 2001, p.31-33). Sebastião Dinart dos Santos, militante comunista, pontuava que era necessário romper com o baixo nível organizativo dos camponeses. Destaca que os operários brasileiros conseguiram acumular, ao longo dos anos, uma vasta experiência que lhes possibilitaram a organização de sindicatos, tornados “uma trincheira inexpugnável de luta”, além da formação de quadros de dirigentes sindicais, argumentando favoravelmente à tese da necessária aliança operário-camponesa. Desse modo, avaliava que no campo “o analfabetismo, o atraso cultural, o isolamento e, particularmente, a opressão do latifúndio tornam difícil a formação de quadros dirigentes de origem camponesa”. Portanto, era de grande valia a orientação e o apoio dos dirigentes do movimento operário a fim de que corrigissem a insuficiente organização dos lavradores e trabalhadores rurais, visando a

---

<sup>7</sup> Em 1954, como desdobramento da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, foi criada a ULTAB, entidade vinculada ao PCB, que tinha como objetivo agregar as organizações dos trabalhadores rurais em âmbito nacional. Ver: Medeiros, 1989; Faleiros, 1989; Cunha, 2004.

<sup>8</sup> A reunião do Conselho de Representantes contou com 25 participantes, entre membros do Conselho, representantes de associações de lavradores e trabalhadores agrícolas e sindicatos. Além das resoluções apontadas no texto, a reunião do Conselho recompôs a Comissão Executiva da ULTAB. Como o primeiro e o segundo presidentes não puderam assumir, o cargo foi ocupado por Pedro Renaux Duarte. Da mesma forma o 1º secretário, Lyndolpho Silva, assumiu o cargo de secretário geral. Ainda em 1959, Pedro Renaux deixa a ULTAB e a presidência da entidade é assumida por Lyndolpho Silva, que se mantém no cargo até 1964 (COSTA, 1996, p. 57).

superação do conjunto de dificuldades impostas à sindicalização rural desde os tempos do governo Vargas e evitando, assim, a concessão de mais espaços “para que os latifundiários possam influenciar e dirigir, pessoalmente ou através de suas instituições, os vastos setores da população rural” (SANTOS, 1959).

Na I Conferência da ULTAB, os debates se concentraram nas medidas de reforma agrária, na legislação agrária vigente e nos projetos que tramitavam no Congresso. Trataram, ainda, das organizações dos lavradores e trabalhadores agrícolas e seus problemas; da situação dos trabalhadores das plantações; da reforma dos estatutos da ULTAB e da eleição dos órgãos dirigentes (ULTAB, 1959). Resultou da “Conferência” a aprovação da *Carta sobre a Reforma Agrária*, documento que sintetizava as principais formulações traçadas no evento.

A questão agrária é posta, no referido documento, a partir de seu vínculo funcional ao desenvolvimento da economia do país, compreendido como desenvolvimento da industrialização. Assim, o enfoque recai sobre a capacidade produtiva da agricultura no seu papel de produtora de gêneros alimentícios e matérias primas, e também de viabilização de um mercado consumidor para os produtos da indústria. Reconhecendo que a condição da agricultura naquele momento, baseada no latifúndio, era incapaz de atender as necessidades emergentes, tornava necessário estabelecer a agricultura brasileira sobre “novas bases”. Daí a centralidade da reforma agrária, compreendida como propulsora de justiça social, assentada num “conjunto de medidas governamentais baseadas, antes de tudo, numa profunda modificação da maneira como está distribuída a terra”, de modo a proporcionar a democratização da propriedade fundiária, “transformando em propriedade de uma gleba os milhões de camponeses sem terra”. No entanto, cabiam também medidas de auxílio do Estado quanto à capacidade técnica, crédito, melhorias na área de saúde, educação e assistência na organização de cooperativas, a fim de que o objetivo final fosse alcançado – o aumento da produtividade (ULTAB, 1960).

Era delineado como objetivo fundamental à consecução da reforma agrária a neutralização da resistência no Congresso, que há anos compunha um bloqueio aos inúmeros projetos de leis agrárias encaminhados. Para isso, urgia a criação de um amplo “movimento de opinião pública” capaz de minar as forças opositoras à reforma agrária, pois na

[...] falta de um movimento de pressão da opinião pública, todos os projetos de lei que propunha medidas de reforma agrária ou a ampliação da legislação social para os trabalhadores rurais foram derrotados ou barrados pela oposição dos latifundiários e seus representantes (Ibidem).

Na *Carta sobre a Reforma Agrária* recorre-se a *Constituição de 1946* para destacar o caráter social da propriedade da terra, onde consta que “o uso da propriedade deve ser condicionado ao bem-estar social e que a lei deverá promover a justa distribuição da propriedade, como igual oportunidade para todos”. Contudo, discordavam quanto à desapropriação por interesse social ser assentada na justa e prévia indenização em dinheiro. Os integrantes da conferência da ULTAB propunham que esse parágrafo fosse abolido da Constituição e a

indenização balizada pelo valor declarado da propriedade para fins fiscais. Esperava-se, desse modo, combater o parasitismo dos especuladores de terras.

A reforma agrária proposta na I Conferência da ULTAB admitia as seguintes características: consideração das particularidades regionais do território nacional; o estabelecimento do aforamento de grandes propriedades inaproveitadas ou com baixo índice de aproveitamento; os estados e municípios deveriam estimular a produtividade de suas terras, inclusive concedendo terras aos pequenos agricultores; entrega de títulos aos posseiros e respeito à propriedade com até 25 hectares; auxílio financeiro e técnico; regulamentação jurídica dos contratos agrários; proteção jurídica de todos os trabalhadores rurais; defesa do direito à organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas em sindicatos e associações.

A consolidação da I Conferência da ULTAB marca o despontar de uma nova etapa para a entidade, caracterizada pelo fortalecimento do associativismo no campo. Costa (1996) salienta que a nomeação de Dinarco Reis<sup>9</sup> para a Seção de Trabalho no Campo, do PCB, após seu posicionamento abertamente crítico, foi de suma importância para que as relações da ULTAB com o PCB ganhassem novos contornos, mais qualitativos. Dessa forma, considera que desse momento em diante “a ULTAB passa a ser verdadeiramente um organismo com poder decisório, livre da rígida tutela a que sempre fora submetida” (Ibidem, p. 69). Com liberdade para atuar e após alterações na estrutura organizativa, que a deixaram mais simples, a ULTAB conquista maior eficácia e dinamismo.

Em 1960, quando da realização do V Congresso do PCB, a linha política apresentada na *Declaração de Março* é reafirmada. Em sua “Resolução Política”, os comunistas brasileiros interpretavam a situação nacional com foco em dois polos geradores de contradições que obstruíam o desenvolvimento do país: a “exploração do capital imperialista internacional” e o “monopólio da propriedade da terra em mãos da classe dos latifundiários”. Dessa forma, admitia-se que a “emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada” constituíam-se em tarefas fundamentais para as lutas do povo brasileiro. O objetivo era a eliminação das contradições entre o imperialismo norte-americano e os interesses nacionais, e entre o desenvolvimento das forças produtivas e o monopólio da terra com suas relações de produção atrasadas (PCB, 1960).

O antagonismo que tipifica a estrutura de classes no capitalismo, entre o proletariado e a burguesia, é enquadrado no esquema interpretativo que toma a revolução brasileira como anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática, logo, tal contradição “não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas”, o que pressupunha alianças de classes

---

<sup>9</sup> Dinarco Reis foi um militante comunista que atuou no PCB desde 1933 e que havia seguido carreira militar e se aproximado das ideias comunistas ainda na Escola Militar. Ao admitir um posicionamento crítico em relação à direção do partido quanto ao abandono do setor rural foi nomeado para a Seção de Trabalho no Campo. Sua atuação é apontada como responsável pela conquista de maior autonomia decisória da ULTAB, fortalecendo a eficácia e importância política da entidade (COSTA, 1996, p. 68-69).

(Ibidem, p.48). A atenção e o esforço imediato dos comunistas deveria se concentrar no imperialismo norte-americano, “o inimigo principal da nação”, contra o qual deveria se organizar uma “frente única”. Assim como na “Declaração de 1958”, defendiam que tal organização deveria ser nacionalista e democrática, composta pelo proletariado, camponeses, pequena burguesia urbana, por parte da burguesia, especialmente àquelas ligadas aos interesses nacionais, e admitia, ainda, que em certas circunstâncias participassem os latifundiários e grupos capitalistas concorrentes dos americanos.

Ao propor uma frente única nacionalista e democrática abrangendo diversos setores da sociedade, identificados, sobretudo pela defesa do desenvolvimento autônomo da nação, o PCB não excluía a possibilidade de que tal “frente”, muito ampla em sua composição, encerrasse fortes contradições. Diante disso, caberia ao proletariado a hegemonia do movimento, a fim de que pudesse “defender seus interesses específicos e os das massas trabalhadoras e populares, desenvolver a luta de classes contra os exploradores da cidade e do campo”, e ainda, garantir as liberdades democráticas para que as massas pudessem agir de maneira consciente e consequente na frente única. O proletariado deveria se organizar como classe, ampliando o trabalho com as massas e fortalecendo sua consciência revolucionária para “impedir que as vacilações da burguesia atinjam suas fileiras”.

A hegemonia do proletariado resultaria de um esforço em prol da unidade da classe operária, para a qual, era fundamental a ampliação de seu trabalho com as massas, a efetividade de sua aliança com os camponeses e o fortalecimento do trabalho sindical.

A tarefa principal dos comunistas no trabalho de massas consiste em fortalecer a unidade e a organização da classe operária, para que ela desempenhe papel dirigente no movimento anti-imperialista e democrático. A fim de cumprir essa tarefa, os comunistas devem intensificar e aperfeiçoar cada vez mais sua atuação no movimento sindical. [...] Os comunistas devem atuar no sentido de coordenar melhor o movimento operário dentro da estrutura sindical legal (PCB, 1960, p. 64).

Dessa forma, os comunistas reforçam um posicionamento delineado desde 1952, valorizando a atuação nos sindicatos pelos espaços legais a fim de obter a ativação das massas e sua incorporação plena à vida política nacional<sup>10</sup>. Pela via da luta em defesa das reivindicações dos trabalhadores, utilizando os preceitos da CLT, procuravam-se meios para a organização dos trabalhadores para as lutas políticas da nação.

Nas formulações dirigidas ao mundo rural, a linha política estabelecida com o V Congresso é marcada por inovações, mas também incoerências. Os termos “relações feudais e semifeudais” cedem lugar a “formas pré-capitalistas de exploração” que somadas ao monopólio da terra compõem os obstáculos ao desenvolvimento da agricultura e ao processo de

---

<sup>10</sup> Para compreender o processo de valorização do trabalho sindical no PCB, a partir de 1952, ver: Almeida, 2015.

industrialização. Entretanto, trata-se de “formas pré-capitalistas”, ou seja, em certa medida admite-se o desenvolvimento do capitalismo, mesmo que nos parâmetros da dependência ao imperialismo e da manutenção do latifúndio, mas preconiza-se uma revolução anti-imperialista e antifeudal (Ibidem, p. 40-41).

Do mesmo modo, considera-se pressuposto da hegemonia do proletariado a sua aliança com as massas camponesas, “condição básica para que ele possa imprimir ao movimento revolucionário uma direção firme” – enfatiza o documento de 1960. Para que a organização das massas fosse impulsionada importava conceder atenção principalmente aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. Era definido que a “organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas”. Mas quando se tratava de estipular as intervenções econômicas para o campo o documento colocava em relevo que os comunistas deveriam

[...] lutar à frente das massas camponesas por uma *reforma agrária* que liquide o monopólio da propriedade da terra dos latifundiários e *fortaleça a economia camponesa*, sob formas individuais ou associativas. A fim de abrir caminho para essa reforma agrária radical é necessário lutar por medidas parciais, como a desapropriação de grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas [...] pela utilização das terras do Estado para *formar núcleos de economia camponesa*, pela entrega dos títulos de propriedade aos atuais posseiros e a defesa rigorosa dos direitos dos camponeses contra a grilagem (Ibidem, p. 55).

Ou seja, quando trata da organização das massas se refere aos assalariados e semiassalariados agrícolas, mas quando propõe sua intervenção econômica, o programa de 1960 se concentra no fortalecimento da economia camponesa<sup>11</sup>. Contudo, as formulações dirigiam-se também a organização dos arrendatários e parceiros<sup>12</sup>, pela defesa da regulamentação dos contratos, pela baixa das taxas de arrendamento e parceria, prolongamento dos prazos contratuais, indenizações por benfeitorias e defesa contra os despejos. Além do mais,

---

<sup>11</sup> Santos e Costa (1997, p. 87) sugerem, aludindo a Caio Prado Jr., que haveria certo descuido – chamados de *cochilos* – na redação da resolução do V Congresso do PCB, que permitiram a presença de elementos valorativos de estratégias e concepções que ora centravam-se no camponês, ora no assalariado, indicando uma “espécie de conservação do espírito camponês na mobilização a partir da força de trabalho assalariada”.

<sup>12</sup> Podemos compreender, ainda que de maneira sintética, que entre o contingente rural os colonos eram trabalhadores que residiam nas terras do proprietário (o empregador) e estavam envolvidos em relações de trabalho complexas e contraditórias, onde se combinavam pagamentos em dinheiro, trabalho gratuito e a produção direta de alimentos, além da dependência pessoal em relação ao dono da terra, que lhes forneciam produtos básicos, remédios, moradia etc. Suas reivindicações se concentravam, sobretudo, nos direitos trabalhistas. Parceiros, meeiros e arrendatários eram os trabalhadores que atuavam em terra alheia, entregando parte do que produziam ao proprietário na forma de renda da terra. Os posseiros eram trabalhadores rurais sem terra que ocupavam áreas nos limites fronteiriços da expansão agrícola e estavam expostos às condições de vida precárias e intensa violência dos grileiros e grandes fazendeiros. Para uma análise mais detalhada das contradições presentes nessas relações de trabalho, ver: Medeiros, 1989; Martins, 1983; 2013.

o documento concentra atenção às medidas de auxílio à produção agrícola, a garantia e extensão da legislação trabalhista ao campo e o reconhecimento legal dos sindicatos agrícolas.

Ao empreendimento associativo junto aos trabalhadores rurais cumpria o uso de formas variadas de luta e organização, considerando as especificidades de cada região e as experiências dos sindicatos de assalariados e semiassalariados, das Ligas Camponesas, associações e cooperativas, de modo a intensificar o movimento pela reforma agrária. Definiam-se, ainda, a prioridade da utilização dos meios legais, sobretudo da defesa jurídica dos direitos dos trabalhadores rurais e o estímulo e auxílio na realização de congressos e conferências dos camponeses, na organização de sindicatos, associações e cooperativas, na defesa do reconhecimento das entidades dos trabalhadores agrícolas pelo Ministério do Trabalho.

Os documentos de 1958 e 1960 são expressivos do esforço dos comunistas brasileiros no delineamento de uma “nova política”, marcada pela tese da atuação pacífica, que estimulou o PCB a orientar sua linha política rumo a uma crescente valorização das instituições democráticas e da participação política nos parâmetros da legalidade. Por outro lado, defende Santos (1996), esse é um momento no qual o PCB se empenha na “tematização da questão agrária, instigado pela própria realidade do país que impunha a reforma agrária como um dos temas mais candentes do debate político” (op.cit. p. 17). Tratava-se de fomentar uma mobilização no partido capaz de concorrer com as Ligas Camponesas, com setores da Igreja Católica e mesmo do Estado, pela organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, aproveitando que a discussão sobre as *reformas de base*, na qual figurava a reforma agrária, ganha expressividade como um tema não apenas acenado pelos comunistas e pelo movimento camponês, mas que ocupava a grande imprensa, em projetos políticos e no Congresso Nacional (COSTA, 1996, p. 64).

### **O Congresso de Belo Horizonte e o movimento sindical rural – a nacionalização do tema da reforma agrária**

Em 1961, a ULTAB discutia as possibilidades para a realização de uma segunda conferência, estabelecida em âmbito nacional. Novamente, a direção da ULTAB partia de uma Conferência da UISTAF (Conferência Regional de Plantadores da América Latina) como modelo para a organização do congresso. A ideia era promover um evento que gerasse repercussão às questões mais prementes do mundo rural, envolvendo, sobretudo a luta por direitos e por terra. Tratava-se também de agregar outras forças mobilizatórias no cenário nacional daqueles tempos, especialmente, as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul (MASTER). O PCB não possuía o monopólio da organização dos trabalhadores do campo e seu envolvimento na realização de um evento de dimensão nacional atendia ao objetivo de tecer a unidade do movimento camponês ante a possibilidade de que o governo João Goulart aprovasse um projeto de reforma agrária parcial.

O I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (I CNLTA), realizado em Belo Horizonte, foi precedido por várias conferências estaduais que, funcionando como reuniões preparatórias, debatiam sobre os temas que seriam levados para o evento nacional. No entanto, buscava-se relações mais amplas. Entre o dia 1º e 5 de março de 1961, foi realizado em Havana, Cuba, a Conferência Regional das Plantações da América Latina, na qual Lyndolpho Silva antecipa alguns dos elementos que integrarão os debates do Congresso de Belo Horizonte.

El despertar de los campesinos y asalariados agrícolas en el Brasil, sus movimientos, sus luchas y organización, aunque em estado embrionario, intermitente y débil, viene creciendo y se une al movimiento sindical operário. Los esfuerzos por la creación de asociaciones independientes de campesinos e asalariados agrícolas encuentran por la frente no solo las dificultades propias del atraso existente em el y de la dispersion de la población rural brasileira, mas particularmente, los multitos embarazos y persecuciones realizadas por los latifundiários y por la burguesia. [...] La preocupación de todos nosotros que nos dedicamos a la árdua tarefa de organizar las masas del campo es econtrar las formas justas de dar vida a um amplio movimiento reivindicatório de asalariados agrícolas por sus reivindicaciones mas sentidas [...]. De igual importancia se reviste la lucha por la regulamentacion legal de los contratos de arrendamiento e parceria [...] simultaneamente imponese desenvolver luchas mas vigorosas y mas amplias por la realización de la reforma agrária (SILVA, 1961, p. 2-3).

Contando com a participação de cerca de 1600 delegados eleitos em 13 encontros e congressos estaduais, conferências municipais e assembleias nas fazendas, e ainda, com o apoio e a presença de cerca de 2 mil pessoas (integrantes do movimento sindical urbano, dos comitês que defendiam as reformas urbanas e a reforma agrária, do movimento estudantil) o I CNLTA foi realizado entre os dias 15 e 17 de novembro de 1961, conquistando ampla repercussão no cenário nacional. Participaram não apenas dirigentes partidários, representantes sindicais, de associações e lideranças populares, mas também personagens políticos, como deputados e o presidente da república, João Goulart.

Os temas elencados para as deliberações do CNLTA eram amplos, abrangendo a questão da aplicação e extensão da legislação trabalhista ao campo, a defesa do direito de organização independente dos assalariados, semiassalariados e lavradores, auxílio técnico e crédito à produção agrícola, formas de arrendamento e parceria. Comissões foram organizadas para discutir os temas propostos e elaborar um programa que refletisse as concepções que ficavam proeminentes. As discussões de maior repercussão envolveram o tema da reforma agrária, sob responsabilidade da II Comissão, composta por Dinarco Reis, Heros Trench, Nestor Vera, Armênio Guedes, Alberto Passos Guimarães – dirigentes comunistas – e Francisco Julião, principal liderança das Ligas Camponesas, entre outros integrantes.

Desses debates despontam a visibilidade dos contornos tomados por duas concepções distintas acenadas por militâncias que atuavam em defesa da reforma agrária: os comunistas,

empenhados na fundação de sindicatos dirigidos à ativação e mobilização dos camponeses dispersos, e defensores de uma reforma agrária fundamentada numa perspectiva desenvolvimentista e subordinada à questão nacional-democrática, e as Ligas, atraídas pela ideia de uma reforma agrária radical como frontispício de uma revolução socialista que contaria com o protagonismo camponês, que excluía as possibilidades de alianças com a burguesia e questionava a hegemonia do proletariado, numa construção tática que incisivamente se opunha e subvertia a ordem colocada pelo PCB para o desfecho do processo revolucionário, assentada na concepção etapista, na qual figurava o proletariado como classe hegemônica (SANTOS 2010; FALEIROS, 1996).

Outro ponto de discordância se concentrou nos debates acerca dos contratos de arrendamento e parceria. Colocar em questão a necessidade de regulamentação das relações de arrendamento e parceria figurava à Julião e outros, uma contradição se relacionada à luta pela reforma agrária radical, que pressupunha a superação das condições que fundamentavam tais relações. A maior parte dos comunistas envolvidos no debate defendia a inexistência de contradições entre as reivindicações mais imediatas das massas e a luta pela reforma agrária, ao tempo em que esta ainda não é efetivada. Em artigo publicado no jornal *Terra Livre*, Giocondo Dias se dirige a Julião argumentando que suas concepções encerram graves erros, pois as etapas da revolução “não podem ser caracterizadas mediante critérios voluntaristas, segundo os nossos desejos ou impulsos momentâneos, mas sim levando em conta toda uma vasta série de fatores de ordem objetiva e subjetiva” (DIAS, 1962, p.6). Para o militante comunista se o PCB levasse adiante a tese de Julião, no plano estratégico se defrontaria com uma grave contradição. No lugar de se dirigir contra o imperialismo, seus agentes e o latifúndio, os comunistas deveriam atacar a burguesia. Assim, a contradição que primeiro deveria ser resolvida era entre o capital e o trabalho, e seria ignorada a frente única anti-imperialista e antifeudal por outras formas de lutas. O resultado alcançado seria, segundo Giocondo Dias, o isolamento, haja vista as dificuldades que se sobrelevavam, como a necessidade de socialização de todos os meios de produção, o desgaste produzido por tornar prioritário um alvo não dotado de real importância para aquela etapa do processo revolucionário, o que ampliaria as possibilidades de reação do campo inimigo. Critica ainda, a incapacidade de Julião de enxergar a profundidade do processo revolucionário cubano – tomado como principal influência sobre as Ligas naquele momento. Para Dias, Julião havia interpretado a Revolução Cubana de maneira equivocada ao considerar que, a exemplo do feito cubano, também no Brasil poderiam ser “queimadas as etapas” para a consolidação direta da revolução socialista. Ressalta que em Cuba, a revolução admitiu o caráter de luta anti-imperialista e antifeudal, em sua primeira etapa, para, após uma rápida transição, passar às medidas de caráter socialista, o que não excluiria as etapas.

Tempos depois do Congresso de Belo Horizonte, Julião criticava a prática dos Partidos Comunistas de realizar transplantes teóricos de realidades distintas daquelas sobre as quais se pretendia atuar. Criticava também a ausência de análises da realidade concreta, existentes, segundo ele, apenas no âmbito teórico. Há de se destacar, contudo, que esse depoimento,

concedido à pesquisadora Aspásia Camargo quando Julião se encontrava exilado no México, recorre ao processo de seletividade da memória, na forma de um “discurso reconstruído” no qual se busca “dar uma versão e uma visão do passado”, formando uma perspectiva e controle da posteridade (VOLDMAN, 2006, p. 257-258). Segundo Porfírio (2013, p. 132-133), tratava-se de uma seletividade intencional de Julião com o objetivo de se “reapresentar”, responder acusações, empreender críticas e autocríticas, abrir espaço para que novas relações sociais e políticas, alianças, pudessem ser tecidas, mas, sobretudo, considerando a dinâmica da redemocratização, visava possibilitar o seu retorno ao Brasil<sup>13</sup>.

Parece-me que essa era uma tendência que prejudicava ou limitava a visão dos partidos. [...] Enquanto eu buscava interpretar essa realidade e aplicar instrumentos que se adequassem ao estágio em que se encontravam as massas camponesas, o partido tinha sempre a preocupação de ir ao campo, fundar células comunistas, ou falar uma linguagem que, para o camponês, era uma coisa absolutamente esotérica. [...] Temos que ir ao campo, ver o que o camponês aspira de imediato. É preciso saber qual é o seu mundo, qual é o seu universo e, dentro desse universo, buscar uma linha que seja a vida que esse camponês naturalmente busca. [...] Considero que há que incorporar as massas camponesas a esse processo, e não relegá-las ou deixá-las em um plano secundário (JULIÃO, 1977).

Dessa forma, se posicionava de maneira divergente em relação a alguns preceitos propalados pelo PCB. Julião inclinara-se a ter em perspectiva o exemplo cubano, e apresentava, em consequência, uma concepção do caráter da revolução brasileira que se distinguia das formulações comunistas. Diferenciava-se quanto às etapas necessárias ao desfecho revolucionário, negando o caráter democrático-burguês para afirmar a possibilidade de avançar diretamente a uma revolução socialista. No que tangia a concepção de alianças políticas, Julião considerava que deveriam ser menos amplas, preconizando o campesinato como força hegemônica da revolução brasileira, ou seja, negava a direção da classe operária na aliança com os camponeses. E ainda, subestimava e subordinava as lutas por conquistas parciais à luta mais ampla por uma reforma agrária radical (COSTA, 1996, p. 83-85).

Uma questão que ganha proeminência a partir dos debates do Congresso de Belo Horizonte é a interpretação de que a atuação do PCB no campo esteve concentrada mais sobre a mobilização dos assalariados agrícolas. Segundo Costa (op.cit.), embora se destaque, na maior parte da documentação do PCB, a ênfase sobre o trabalho com os assalariados, além das conclusões derivadas da oposição dos comunistas às teses de Julião (que valorizava a

---

<sup>13</sup> É expressiva desse recurso a tentativa de Julião de se dissociar das imagens de radicalização e violência que lhe atribuíram, enfatizando o caráter legalista de sua atuação, especialmente, considerando a derrota e intensa repressão sofrida pelos grupos da esquerda armada e as acusações de setores da esquerda que o apontavam como responsável pelo estímulo ao movimento golpista de 1964 (PORFÍRIO, 2013, p. 134-136).

mobilização dos camponeses), não podemos depreender desses elementos que tal conclusão seja compatível com a direção tomada pela prática comunista. Para o nosso autor,

o embate travado no Congresso de Belo Horizonte, quando da palavra de ordem por uma reforma agrária radical sobrepõe-se às teses comunistas de acumulação de forças através da luta por melhores salários e condições de trabalho, também ajuda a formar uma ideia do operariado rural como eixo prioritário da luta no campo (COSTA, op.cit., p. 77).

Deve-se reconhecer, de fato, que os comunistas pretendiam dar prioridade às lutas dos trabalhadores assalariados, visto que compunham uma camada consideravelmente mais exposta às contradições produzidas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, além de oferecerem desenvoltura para a organização em sindicatos pelo fato de estarem concentrados nos espaços de trabalho. Entretanto, conforme adentram a realidade do trabalho associativo no campo, os comunistas se deparam com condições que os incitam a alterar a direção de sua prática para os posseiros, arrendatários e pequenos proprietários.

O depoimento de Lyndolpho Silva é expressivo desse deslocamento da atuação dos comunistas. Ainda que a memória seja “resultante da vivência individual” (MONTENEGRO, 1993, p. 16), dotada de um caráter contraditório e fragmentado, sujeita a criações e recriações, ela é capaz de expressar experiências coletivas (AMADO & FERREIRA, 2006, p. XXIII). O que fica mais claro ao cotejarmos o presente depoimento com a perspectiva de outro militante comunista que atuou no movimento sindical rural, apresentada sinteticamente mais abaixo. Vejamos:

Na nossa atuação na criação e na organização do movimento sindical rural (na verdade é o que ocorre até hoje), a preocupação maior sempre foi com o arrendatário e com o posseiro, por razões claras. Esse pessoal tem luta todos os dias e todas as horas. Você vê que tem um movimento dos trabalhadores sem terra. Qual é o tipo de luta que eles encetam sempre? Relaciona-se exatamente com o problema da terra. Naquele tempo eram essas duas categorias as que mais se mobilizavam. Teoricamente, a preocupação do Partido era, como nossos documentos costumam acentuar, com a classe operária do campo, ou seja, com os assalariados. Mas na verdade, ainda hoje essa é a categoria mais difícil de se organizar. Hoje, pelo nomadismo, por ser trabalhador temporário, sua organização torna-se muito difícil. A luta acabava se concentrando nos posseiros e nos arrendatários (SILVA, 1994, p. 79).

Ao revelar os elementos que compunham seu trabalho no campo, Nazareno Ciavatta, militante comunista que atuou no movimento sindical em Ribeirão Preto (SP), salienta aspectos que corroboram a exposição de Lyndolpho. Destaca que dos contingentes rurais, os parceiros, meeiros, arrendatários, peões, vaqueiros que não trabalhavam nas fazendas de café eram os mais explorados – compreende-se que são envolvidos em relações de trabalho que, em certa medida, não comportam o assalariamento – e logo, as leis trabalhistas (direitos) centralizavam

suas reivindicações. E ainda, ao se referir aos trabalhadores rurais que, expropriados, já vinham padecendo o caminho da proletarização, no qual muitos se dirigiram às cidades e ainda mantinham alguma relação de trabalho no campo, mesmo que temporário, como é o caso dos bóias-frias, Ciavatta é enfático ao argumentar que estes dificilmente vinham aos sindicatos, e que se tornavam, por isso, mais dispersos e logo, desmobilizados, ao contrário dos trabalhadores das fazendas (CIAVATTA, 1995).

Como resultado dos intensos debates do Congresso de Belo Horizonte, a tese da “reforma agrária radical” (*na lei ou na marra*) fora aprovada, mesmo representando uma concepção oposta ao “agrarismo de medidas parciais de reforma agrária”, largamente propalado pelo PCB (SANTOS, 2010). Sintetizada na *Declaração do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da Reforma Agrária*, principal documento produzido pelo congresso, a tese da reforma agrária radical estabelecia que “tal reforma nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação”. Tornava-se necessário, principalmente

a radical transformação da atual estrutura do País, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo Governo Federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal; máximo acesso à posse da terra pelos que nela desejam trabalhar [...]. Respeito ao amplo, livre e democrático direito de organização independente dos camponeses, em suas associações de classe. Aplicação efetiva da parte da legislação trabalhista já existente e que se estende aos trabalhadores agrícolas [...]. Elaboração de Estatuto que vise a uma legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais. Plena garantia à sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semiassalariados do campo. Reconhecimento imediato dos sindicatos rurais. Ajuda efetiva e imediata à economia camponesa sob todas as suas formas (CNLTA, 1961).

O documento exigia, ainda, a modificação do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal que estabelecia a indenização prévia e em dinheiro para os casos de desapropriação de terras por interesse social. Propunha que as indenizações deveriam ser baseadas em títulos da dívida pública, resgatáveis em longo prazo e com juros baixos.

Ao término do Congresso, o Presidente da República João Goulart proferia um discurso no qual defendia que a agricultura, baseada em “estilos de produção” ultrapassados, não deveria dificultar o crescimento econômico do Brasil. Reconhecendo que a ausência de uma reestruturação agrária “embaraçava a marcha do progresso” do país, defende que a luta “em favor do acesso à terra dos que nela trabalham de sol a sol, é, assim, uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas dos camponeses brasileiros” (GOULART, 1962, p. 87-89). A participação de João Goulart é simbólica da abrangente repercussão tomada pelo congresso camponês e pela mobilização dos trabalhadores rurais.

Entre os anos de 1961 e 1964, a luta pela reforma agrária é impulsionada, assim como a organização dos trabalhadores rurais e urbanos em torno das massas populares mobilizadas pela campanha em prol das *reformas de base*. Contudo, a partir da I CNLTA a sindicalização rural é ampliada e novas forças políticas e sociais buscam espaço de atuação no movimento sindical no campo, como os trabalhistas, setores da Igreja Católica e o Estado. Em fins de 1962, com a criação da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária) e da CONSIR (Comissão Nacional de Sindicalização Rural), o Estado passa a disputar a hegemonia do movimento sindical rural, deixando de ser “agente imobilizador” para se tornar “agente mobilizador das camadas no campo” (COSTA, op. cit., p. 87). No entanto, essas mudanças garantiram a abertura de um espaço de institucionalidade que, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e a fundação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), em 1963, possibilitaram ao trabalhador rural o reconhecimento legal de sua organização em sindicatos e a legitimidade de suas lutas por direitos e reconhecimento político.

Para Santos (2010), a tese da reforma agrária radical, vitoriosa no I CNLTA, estabelecia a fronteira que limitava os espaços alcançáveis pela “palavra de ordem da reforma agrária camponesa entendida como mobilização preparatória de uma revolução rupturista que algumas áreas de esquerda esperavam eclodir naquela circunstância de liberdades democráticas” (op.cit. p.10). Dificilmente concretizável, duramente criticado e reprimido, um projeto desse porte não poderia vir a cena sem que despertasse nos setores mais conservadores da sociedade brasileira o ânimo por fazê-lo extinto, antes mesmo que fosse gestado.

### **Considerações finais**

O Congresso de Belo Horizonte constituiu um espaço de discussão, onde decisões foram tomadas e demandas foram produzidas, onde o conhecimento e as palavras de ordem foram socializados. Como nos demais eventos que marcaram a longa trajetória dos trabalhadores do campo no processo de emergência de uma identidade de classe e de produção de uma imagem de si, enquanto trabalhador do campo, se impondo socialmente a um processo de reconhecimento público, destaca Medeiros (1995), o congresso também é um espaço de explicitação e interpretação dos elementos da realidade. É um ambiente de socialização de concepções, comportamentos, gestos, atitudes, palavras de ordem e símbolos que vão matizar uma identidade coletiva. É um espaço onde a cultura popular é politizada. Mas “se eram espaços de socialização de palavras de ordem e de concepções sobre o lugar dos trabalhadores na sociedade, sobre o significado dos direitos”, também eram espaços de “confronto e explicitação de diferenças entre concepções no interior do próprio movimento. Nesse sentido, eles permitiam a visualização do diverso e a disputa por posições” (MEDEIROS, op. cit., p. 229), como nos embates entre dirigentes comunistas e Julião.

Com sua repercussão, o Congresso de Belo Horizonte contribuiu para que as questões que envolviam os trabalhadores do campo, em suas lutas por direitos, por melhores condições de vida e trabalho, através de sua organização em associações e sindicatos ganhassem contornos expressivos de uma questão nacional. Do mesmo modo, a reforma agrária ganha uma dimensão que extrapola os parâmetros de uma reivindicação dirigida a provocar alterações na estrutura produtiva do setor agrícola do país. A partir de então, torna-se “o mais apaixonante e explosivo tema no pré-64” (COSTA, 2010).

De acordo com Costa (1996, 2010), o desenvolvimento do sindicalismo rural contou, como um fator de suma importância à sua concretização, com o processo de extensão da cidadania entre 1945 e 1964, impulsionado pelas ações dessas forças sociais diversas que contribuíram para que fosse tecida a progressiva incorporação das grandes massas ao processo político nacional. Aos trabalhadores rurais, esse processo incorporador no âmbito da política, garantiu-lhes uma posição importante no debate que se travava acerca de suas demandas ante um paradigma de desenvolvimento que historicamente os marginalizava. Desde então, “os três temas do movimento social rural – a extensão da legislação trabalhista para o campo, a luta pelo reconhecimento sindical e a reforma agrária – ganham uma nova dimensão” (idem, 2010, p. 21). Até maio de 1962, existiam apenas 6 sindicatos rurais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Em março de 1964, esse número saltara para 237 sindicatos reconhecidos. Das 43 federações de sindicatos rurais, 22 federações seguiam a orientação da ULTAB e a Igreja Católica exercia influência sobre 19 dessas entidades. De um total de 483 sindicatos rurais, 290 estavam sob orientação do PCB (Ibidem, p. 115-120).

No processo de democratização da vida política nos anos que antecedem ao golpe de 1964, o PCB ampliava sua força política, atuando junto às massas trabalhadoras, mobilizando-as com outras forças políticas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a CONTAG, a Frente de Mobilização Popular, na defesa das reformas estruturais da sociedade, dentre as quais se destacava a reforma agrária (CODARIN, 2018, p. 49). Às vésperas de 1964 existiam indicativos de que os projetos de reforma agrária no Congresso Nacional contavam com possibilidades de negociação. Pesquisas de opinião apontavam que 62% do eleitorado brasileiro admitia posicionamento favorável à reforma agrária (FICO, 2014, p. 09; FERREIRA & GOMES, 2014, p. 167-175; DEZEMONE, 2016, p. 132).

A instauração do golpe civil-militar de 1964 mudou por completo o horizonte sobre o qual se defrontava as dinâmicas e forças atuantes no meio rural. Se anteriormente o PCB esteve à frente dos outros agentes envolvidos no movimento sindical rural, após 1964 os comunistas se tornaram alvos de intensa ação repressiva e desmobilizatória afetando toda a área de trabalho do partido seja no campo ou nas cidades.

Por trás da ação militar havia uma “ampla aliança social entre civis e militares” que partilhava o temor de que o ascenso democrático do imediato pré-1964 conduzisse o país à um “processo radical de distribuição de renda e de poder”, que resultasse no descontrole e desordem do país, com ameaças da proclamação de uma revolução socialista, acenadas sobretudo pelo

exemplo cubano e sua revolução agrária (DREIFUSS, 1981, p. 36-38; REIS FILHO, 2014, p.47; BALTHAZAR, 2017, p. 114-115). O governo instaurado com o golpe civil-militar não tardou a investir na eliminação de qualquer possibilidade de resistência armada à nova ordem e de destruir as organizações de base dos trabalhadores que davam impulso a luta por direitos, ressaltando o caráter de massa da cidadania que se pretendia ampliar. A escalada repressiva se dirigiu aos líderes de massas, do movimento estudantil, dirigentes sindicais e militantes comunistas, militares que apoiavam João Goulart, deputados, senadores, políticos de diversos partidos, organizações políticas, setores da Igreja Católica e funcionários públicos. A suspensão de direitos políticos, a cassação de mandatos, a intervenção em sindicatos, partidos e órgãos da imprensa, a demissão e aposentadoria compulsória de funcionários públicos, a censura, as prisões arbitrárias, a tortura e assassinatos seriam mobilizados pelo novo regime (RIDENTI, 2010, p. 67; FICO, Idem, p.102-106).

No meio rural, a repressão se volta especialmente para as Ligas Camponesas, mas também federações, sindicatos, associações sofreram intervenção dos militares, com a prisão e violência sobre suas lideranças e trabalhadores (CARNEIRO & CIOCCARI, 2011, p. 27-28). O processo de desenvolvimento de uma *cultura política* democrática, participativa, associativista (MOTTA, 2009; 2013; ALMEIDA, 2015a) forjada com os trabalhadores pela mobilização de atores políticos como o PCB, as Ligas Camponesas, a ULTAB, a CONTAG, entre outras forças de esquerda e setores da Igreja Católica, embora atingidos pela violência da ditadura, se mostrou perene na luta de atores políticos e movimentos sociais que colocam no cenário das lutas de classes historicamente e na contemporaneidade a reforma agrária como uma questão aberta.

### Referências bibliográficas

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987. Tese de Doutorado em História. Recife: Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

ALMEIDA, Leandro Cabral de. O sindicalismo agrário do Partido Comunista Brasileiro – um estudo sobre mediação e cultura política. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRRJ), 2015a.

\_\_\_\_\_. Os comunistas e os trabalhadores rurais na luta por direitos – agrarismo pecebista e cultura política. In: Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social, v. 25, n.1. Rio de Janeiro: 2015.

AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (coord.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

AYERBE, Luis Fernando. A Revolução Cubana. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BALTHAZAR, Pedro Henrique Barbosa. A “cubanização” do Brasil e o mundo rural: a crise do governo Goulart (1961-1964) na imprensa carioca. Dissertação de História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2017.

BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis: Ed.Vozes, 1984.

- CARNEIRO, Ana & CIOCCARI, Marta. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.
- CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. In: Ruris, vol. 2, nº 1, março de 2008.
- CASTRO, Fidel (1961). De Martí a Marx, de 2 de dezembro de 1961. In: LÖWY, Michael (org.). O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3<sup>a</sup>ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.
- CIAVATTA, Nazareno. Entrevista. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Prática política no campo: uma experiência da militância comunista no campo (entrevista). Estudos Sociedade e Agricultura, rio de Janeiro, nº5, novembro de 1995, p. 89-102.
- CODARIN, Higor. A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972). Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Unicamp: Campinas, 2018.
- CNLTA (1961). Declaração do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da Reforma Agrária. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho Costa (org.). O Congresso Nacional Camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2010, p. 62-63.
- COLLETTI, Claudinei. A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Ed. Unicampq Área de Publicações – Unicamp, 1998.
- COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Sindicalismo rural brasileiro em construção. Rio de Janeiro: Forense universitária: UFRRJ, 1996.
- \_\_\_\_\_ (org.). O Congresso Nacional Camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2010.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). O camponês e a história: a construção da Utab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004.
- DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. In: Revista Brasileira de História, v. 36, n.71. São Paulo: 2016.
- DIAS, Giocondo. Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira. In: Jornal Terra Livre, nº 113, agosto de 1962.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.
- DUARTE, Pedro Renaux. Correspondência ativa de Pedro Renaux Duarte ao secretário da UISTAF – Roma (Itália), 09/09/1959 – Correspondência Geral, Arquivo Lyndolpho Silva: CPDA-UFRRJ.
- FALEIROS, Maria Isabel Leme. Percurso e percalços do PCB no campo (1922-1964). Tese de Doutorado em Sociologia. Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP: São Paulo, 1989.
- FERREIRA, André Lopes. Reforma Agrária e Revolução: Cuba e as Ligas Camponesas do Brasil nos anos 60. In: Revista Brasileira do Caribe, Brasília, Vol. X, nº19. Jul-Dez 2009.
- FERREIRA, Jorge & GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FICO, Carlos. O golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- GOENDER, Jacob. Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.
- GOULART, João (1962). Discurso de encerramento de João Goulart. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (org.). O Congresso Nacional Camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2010.

- HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Jornal Terra Livre. Convocada para setembro a conferência da ULTAB. nº 86, p. 01, março de 1959.
- JULIÃO, Francisco. Depoimento. Entrevista concedida à Aspásia Camargo, em dezembro de 1977. FGV/CPDOC, História Oral, 1982.
- LÖWY, Michael (org.). Introdução – Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LÖWY, Michael. O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2012.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Ed. Vozes, 1983.
- \_\_\_\_\_. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: Estudos Avançados, 15, (43), 2001.
- \_\_\_\_\_. O cativo da terra. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- \_\_\_\_\_. Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo. Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1995.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. In: Revista Brasileira de História, v. 13, n.25-26, São Paulo: set. 1992 / ago.1993.
- \_\_\_\_\_. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. In: Projeto História, (29), tomo 2, São Paulo: Dez. 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista – alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos. CZAJKA, Rodrigo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2013.
- \_\_\_\_\_. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto (org.). Culturas Políticas na História: Novos Estudos. ARGUMENTUM: Belo Horizonte, 2009.
- PCB (1960). Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro. In: PCB: Vinte anos de política, 1958-1979 (documentos). São Paulo: LECH – Livraria Editora de Ciências humanas, 1980.
- PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. De pétalas e pedras: a trajetória de Francisco Julião. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira (org.). Imagens da Revolução. Documentos políticos das organizações Clandestinas de esquerda nos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- \_\_\_\_\_. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- \_\_\_\_\_. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- \_\_\_\_\_. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). As esquerdas no Brasil, v.3, Revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- Rolleberg, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- SALES, Jean Rodrigues. O impacto da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira (1959-1974). POLÍTICAS DE LA MEMORIA, v. 17, p. 65-79, 2018.
- \_\_\_\_\_. A revolução cubana e as esquerdas brasileiras nas décadas de 1960 e 1970. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH – São Paulo, Julho de 2011.
- \_\_\_\_\_. A revolução cubana, as esquerdas brasileiras e a luta contra a ditadura militar nos anos 1960 e 1970. In: V Congresso Europeu de Latinoamericanistas. Bruxelas (Bélgica), 2007.
- \_\_\_\_\_. O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974). Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp: Campinas, 2005.

- SANTOS, Raimundo. A primeira renovação pecebista – reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- \_\_\_\_\_. Questão agrária e política: autores pecebistas. Seropédica, RJ: Edur, 1996.
- \_\_\_\_\_ & COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Camponeses e política no pré- 1964. In: Estudos Sociedade e Agricultura, n° 8, abril de 1997.
- \_\_\_\_\_. Apresentação a 2<sup>a</sup> edição. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (org.). O Congresso Nacional Camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2010.
- SEGATTO, José Antonio. Breve História do PCB. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- SILVA, Lyndolpho. Lyndolpho Silva: a construção da rede sindical brasileira (entrevista). In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 2, 1994.
- \_\_\_\_\_. Tarea de las organizaciones rurales para mejorar las condiciones de vida y trabajo de los campesinos, índios y obreros agro-pecuários de América Latina y para realizar una política de renovación econômica y de reforma agrária. Congresso Regional das Plantações da América Latina, (01 à 05/06/1961) – Arquivo Lyndolpho Silva: (CPDA-UFRRJ), 1961.
- SOARES, Eliane. O processo da revolução nacional-democrática e o socialismo na América Latina: um estudo comparativo sobre os programas da Revolução Cubana de 1959 e da Revolução Bolivariana da Venezuela. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC-UnB). Brasília: 2008.
- ULTAB (1959). Normas da I Conferência da ULTAB. 08/03/1959 – Documentos diversos, Arquivo Lyndolpho Silva / CPDA-UFRRJ.
- \_\_\_\_\_ (1960). Carta sobre a Reforma Agrária. In: Jornal Terra Livre, p.10, janeiro de 1960.
- VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (coord.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

Artigo recebido em 19/07/2020 e  
aprovado para publicação em 30/09/2020